**Brasília/DF, 23 de abril de 2019**

**Excelentíssima Senadora Kátia Abreu**

Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)

Como Presidente da Associação Brasileira de Franqueados (ASBRAF), tenho a satisfação de me dirigir a Vossa Excelência com o objetivo de parabenizá-la pela indicação da Relatoria do PLC 219/2015, cuja ementa dispõe sobre o sistema de franquia empresarial (franchising); revoga a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994; e dá outras providências, principalmente quanto aos destaques propostos que serão determinantes para o aperfeiçoamento das relações e interfaces de negócios entre franqueadores e franqueados.

A Associação Brasileira de Franqueados – ASBRAF é uma entidade civil, em forma de ASSOCIAÇÃO (art. 53 da Lei *10.406/2002),* sem fins econômicos, político – partidário ou religioso, com atuação em âmbito nacional. A entidade implementa suas ações e atividades em conformidade com as normas estatutárias e com seu Direcionamento Estratégico Quadriênio 2017 – 2020, sempre com foco na  sustentabilidade e competitividade das 153.704 empresas franqueadas que atuam nos setores de serviços, comercio, indústria e agronegócio em todas as regiões do país e que foram responsáveis por um faturamento de R$ 174,843 bilhões de reais, distribuídos em 2.877 redes e que geraram 1.299.145 milhões de empregos (Associação Brasileira de Franchising – ABF em 2018). Segundo dados da Diretoria de Estudos e Pesquisas da Asbraf e com base na Pesquisa Desempenho do Franchising Brasileiro no ano de 2018  da Associação Brasileira de Franchising (ABF), ao contrário dos números negativos da economia brasileira e da baixa taxa de crescimento de 1,1% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2018, os números projetados para o crescimento de negócios que atuam no sistema de franchising no ano de 2019, têm uma expectativa positiva de avanço entre 8% e 10%.

O principal objetivo da ASBRAF é contribuir para o fortalecimento e desenvolvimento sustentável do sistema de franquia empresarial brasileiro, defendendo junto às autoridades governamentais, órgãos públicos, entidades e associações de classe e formadores de opinião, os interesses, ideais e objetivos econômico-sociais de empresas e empreendimentos que realizam suas atividades de comércio, serviço, indústria e agronegócio, na condição de franqueados em conformidade com os princípios e a regulamentação da Lei nº 8.955/94, que dispõe sobre contrato de franquia empresarial (Franchising).

Vossa Excelência como psicóloga, agropecuarista, empreendedora e parlamentar desde 2001, conhece bem o significado do impacto da geração de empregos e de renda na correção dos desequilíbrios que afetam milhões de pequenos negócios em todo o país, uma vez que nas últimas duas décadas, tem se engajado e defendido com coragem e determinação os justos interesses desse significado contingente de pessoas, representados pelos segmentos de microempreendedores, micros, pequenos e médios empresários, que atuam nos setores econômicos do comércio, serviços, indústria e principalmente do agronegócio brasileiro.

A dedicação de Vossa Excelência como presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) por três mandatos, aliada a estudos e intercâmbios internacionais nas áreas de conhecimento de crédito, mercado, inovação e tecnologia e cidadania, a consistência dos relatórios com relevantes impactos na economia do país elaborados sob a responsabilidade de Vossa Excelência (Relatoria do CPMF, Comissão Especial do Extrateto, dentre outros), credenciam a ilustre Senadora, quanto ao entendimento dos impactos econômicos dos principais destaques do PLC 219/2015, vinculados a geração de empregos, postos de trabalho e distribuição de renda.

Sob esse entendimento e participação da ASBRAF foi criada na Câmara Federal a Frente Parlamentar Mista de Apoio às Empresas Franqueadas presidida  pelo ilustre deputado Gonzaga Patriota (PSB/PE). A criação da Frente Parlamentar Mista reforça o acompanhamento do processo legislativo no Congresso Nacional de iniciativa de proposições de interesse do sistema de franchising (Franquia) brasileiro, com destaque para o **PLC 219/2015** cujos principais ajustes serão determinantes para o aperfeiçoamento das relações formalizadas entre franqueadores e franqueados.

Dentre os destaques do PLC 219/2015, que deve melhorar a relação entre franqueados e franqueadores, estão propostas que exigem informações claras quanto a taxas periódicas (royalties, propaganda) e outros valores a serem pagos pelo franqueado ao franqueador ou a terceiros. Segundo Pesquisas realizadas pela Asbraf, alguns franqueadores chegam a cobrar royalties mensais absurdos que atingem 60% sobre as compras realizadas e/ou sobre o faturamento, inviabilizando a sustentabilidade e competitividade da operação franqueada.

Um destaque relevante do PLC 219/2105 é a garantia ao franqueado da exclusividade sobre determinado território, sem a concorrência desleal de multicanais de comercialização de lojas virtuais, online, venda direta e Mercado Livre, operacionalizados diretamente pelo franqueador.

Outros destaques se relacionam a complexa questão do estabelecimento de quotas mínimas de compra pelo franqueado junto ao franqueador, e a obrigatoriedade de cláusulas precisas no contrato padrão de franquia celebrado entre as partes sobre condições, prazos de validade, regras de transferência, de renovação, sucessão e penalidades.

A adoção do modelo de franquia empresarial por empresas públicas e por sociedades de economia da administração pública brasileira em alguns setores do mercado favorecerá a prestação de serviços mais eficientes e eficazes aos cidadãos e a sociedade como um todo.

A ASBRAF celebrou Convênio de Cooperação Técnica (em anexo) com a Frente Parlamentar Mista de Apoio às Empresas Franqueadas, cujo objeto formaliza a prestação de serviços técnicos especializados pela ASBRAF, sob a forma de assessoramento, por meio do compartilhamento e disponibilização de estudos, pesquisas, programas e projetos que fortaleçam políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento sustentável do sistema de franquia empresarial brasileiro.

Com base nos atributos, conceitos e princípios desses contextos, temos a satisfação de informar a Vossa Excelência o apoio integral da ASBRAF ao PLC 219/2015, cuja ementa dispõe sobre o sistema de franquia empresarial (franchising); revoga a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994; e dá outras providências.

Na oportunidade ressaltamos a consistência e qualidade técnica dos votos elaborados na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), pelo relator do PLC 219/2015, ilustre senador Dário Berger (PMDB-SC) em 23/09/2016 e referendado na sua integralidade em 30/05/2018 (CCJ) pelo eminente Senador Armando Monteiro (PTB/PE).

Por fim, colocamo-nos à disposição de Vossa Excelência para quaisquer colaborações e compartilhamento de informações relacionadas ao PLC 219/2015 que dispõe sobre o sistema de franquia empresarial (franchising); revoga a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994; e dá outras providências.

Atenciosamente.

**Raul Canal**

**Presidente da Asbraf - Associação Brasileira de Franqueados**